

## **O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA VISÃO DO PROFESSOR**

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho monográfico tem como proposta analisar sobre “o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”, estabelecendo uma articulação e, posteriormente, uma reflexão em relação ao ponto de vista dos professores sobre esta temática.

O referido tema remete a muitas indagações e discussões acerca da importância e intencionalidade da Educação Infantil na vida da criança de zero a cinco anos. Diante disso, espera-se com este trabalho, despertar nos professores um olhar mais sensível e apurado sobre a prática docente e as propostas pedagógicas realizadas por eles, possibilitando uma reflexão crítica sobre como elas têm influenciado na vida e no desenvolvimento da criança.

Sabe-se que as instituições de Educação Infantil têm como foco principal cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, levando através do lúdico, momentos de aprendizagem aliados à criatividade, imaginação, de modo que a criança se desenvolva em seus aspectos motor, afetivo, cognitivo e social.

Acredita-se que, ao passar pela Educação Infantil, as crianças consigam obter resultados mais relevantes na sua aprendizagem, pois, as vivências propostas por essas instituições propiciam o amadurecimento da criança, proporcionando a aquisição de conhecimentos necessários que irão contribuir para a vida escolar futura.

As propostas pedagógicas na Educação Infantil tem o propósito de despertar os sentidos da criança, sendo eles o cognitivo, afetivo, social e motor, além de trabalhar a autonomia.

Assim sendo, as indagações que se pretende aqui analisar são: Como a Educação Infantil tem contribuído para o desenvolvimento da criança de zero a cinco anos dentro das instituições? Quais são os entraves encontrados dentro das instituições de Educação Infantil para realização eficiente deste trabalho?

O objetivo geral deste presente trabalho é refletir sobre “o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”. Se firmando neste objetivo, cabe também enfatizar os objetivos específicos: Destacar o objetivo inicial do professor ao escolher tal profissão; Reconhecer o significado e importância do professor de Educação Infantil;

Ressaltar o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor atuante.

As hipóteses se definem por acreditar que esta profissão oferece possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da criança em vários aspectos, além de obter satisfação pessoal ao contribuir para esta evolução; O professor de Educação Infantil é um mediador fundamental na vida da criança e, através de práticas pedagógicas significativas, favorece o desenvolvimento integral da criança de forma eficaz e eficiente; A Educação Infantil é importante, pois, contribui para a evolução da criança enquanto ser social, assim, estar fora dela, seria como perder uma oportunidade de conhecimento e aprendizagem.

A elaboração deste trabalho ocorreu a partir dos apontamentos feitos por professoras de Educação Infantil da rede privada e pública, adquiridos através de um questionário composto por oito questões abertas, com intuito de levantar informações acerca do tema escolhido para esta pesquisa.

Assim sendo, embaso este trabalho à luz de autores que contribuíram para enaltecer assuntos que são pertinentes à esta pesquisa. Dentre eles se destacam: Carvalho, Salles e Guimarães (2002), Costa (2000), Franco (2002), Hoffmann (1996), Kramer (1991 e 1982), Marcílio (1998), André (2004), Ramos (2010), Rocha (2002) e Salles e Faria (2012).

Os capítulos teóricos a seguir são divididos em três seguimentos, onde procurou-se abranger a história da criança e todo seu percurso, a conquista do direito à Educação Infantil. No último capítulo buscou-se analisar o desenvolvimento da criança.

Assim sendo, no capítulo um, “A criança e sua construção social ao longo da história”, relata-se a história da criança e toda sua trajetória, até ser reconhecida como cidadã de direitos. Também é abordado sobre a compreensão do significado da infância, que aprofunda sobre a construção deste significado, e o que ele representa na vida da criança.

No capítulo dois aborda-se o tema “A construção do direito à Educação Infantil”, relatando a luta pela conquista dos direitos da criança, onde o direito à educação passou a contemplá-la integralmente.

Já no capítulo três reflete-se sobre a “educação escolar de crianças” e sua importância para o desenvolvimento infantil, se fazendo necessário refletir sobre “O desenvolvimento infantil”, ressaltando-o e apontado seus reflexos na vida social e escolar da criança.

Por último, encontra-se o capítulo quatro que se refere ao capítulo empírico, trazendo as reflexões acerca do questionário que foi aplicado à dez professoras de Educação Infantil, sendo três de uma escola da rede privada e outras sete da rede pública. Neste capítulo é possível encontrar levantamentos feitos pelas professoras questionadas, que relataram a realidade vivenciada por elas, dentro do espaço escolar em que trabalham, considerando a realidade em que estas escolas se encontram.

Logo, esta pesquisa contribuiu para a compreensão do significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor, à luz dos pensamentos dos autores citados acima, embasando a reflexão da temática escolhida para pesquisar-se, articulando com os relatos das professoras aqui questionadas, afirmando as hipóteses mencionadas anteriormente.

## **CAPÍTULO I**

### **1. A CRIANÇA E SUA CONTRUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA**

A criança como cidadã de direitos, nem sempre teve seu reconhecimento perante a sociedade. Durante muito tempo a mesma foi discriminada, isolada e rejeitada.

A construção histórica da criança enquanto sujeito social e sua representação na sociedade se deram a partir de relatos feitos por adultos, que as julgavam como incapazes de falar sobre si mesma.

[...] até o início dos tempos modernos, a criança não era vista como sendo diferente do adulto, sempre calada, não merecendo ser ouvida, mas vivenciando e assistindo o mundo no qual não era considerada protagonista. Curiosamente se verifica que essa concepção está relacionada com o significado etimológico da palavra. (COSTA, 2000, p. 23).

Essa postura era praticada pelos adultos somente até a criança completar sete anos, pois antes disso era considerada um ser irracional, que não tenha capacidade de falar ou pensar. Após esta idade já era tratada como adulto.

Ariès (1981) citado por Rocha (2002, p. 55) aponta que nesta época, a criança era tratada como um objeto, não existia sentimento materno, muito menos a necessidade de cuidado ou respeito. Também era comum entregar a criança para que outra família cuidasse, e esta era devolvida após os sete anos de idade, caso sobrevivesse. Ainda segundo o pesquisador:

As crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos, [...]. Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade. (ROCHA, 2002, p. 55).

Era comum que os adultos aceitassem a alta taxa de mortalidade das crianças, levando Oliveira (2005), citado por Ramos (2010, p. 3) a destacar que isso ocorria devido à falta de higiene e às más condições em que as crianças eram cuidadas. Já em Marcílio (1998, p. 52), observa-se que em 1950 a mortalidade infantil ainda apresentava números significativamente altos, sendo “[...] 158 mortes de menores de um ano para cada mil nascidos vivos”.

Esta realidade ocorria com frequência, devido às más condições em que as crianças eram criadas. Não havia condições básicas de higiene, levando à doenças, e consequentemente à morte. Embora essa mortalidade fosse um acontecimento comumente aceito pelas famílias, o poder público e Igreja, não a aceitavam com tanta naturalidade, passando a interferir, assumindo o papel de cuidar das crianças.

Por outro lado, Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13) apontam que embora a diferença entre a criança e o adulto seja notada em vários aspectos, não influenciou para que, no passado, a criança fosse tratada como adulto. Ao completar sete anos de idade, as crianças passavam a exercer funções e tarefas, assumir responsabilidades, participar de eventos, vivenciar práticas sexuais e se vestir como adultos. Rocha (2002, p. 55) afirma que “Isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças [...]”.

Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13-14) também apontam que o tratamento da criança era diferenciado de acordo com sua classe ou gênero, de modo que cada um se encarregasse de aprofundar na área que lhe pertencia. Assim, o menino branco de elite era bem-educado, doutrinado, estudava em colégios e aprendia sobre como liderar, enquanto a menina branca aprendia os afazeres ditos femininos, se preparando para cuidar da família e dos filhos, quando adulta. Por outro lado, a criança pobre ou escrava trabalhava e tinha que ser produtiva, aprimorando cada vez mais suas habilidades, seguindo os exemplos do pai trabalhador. Assim sendo:

As vivências da infância eram radicalmente diferenciadas, definidas pela sua inserção social, por pertencimentos raciais e de gênero. Isso determinava diferentes processos e conteúdos de aprendizagem em instâncias distintas, o colégio, no caso da criança de elite, ou o trabalho, no caso da criança pobre ou escrava. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 14).

De acordo com os autores, “A criança participava das atividades coletivas de seu grupo social, através das quais exercia seu aprendizado para a vida adulta. O universo infantil não era destacado do universo adulto. (2002, p. 13)”. Ariès, citado por Rocha (2002, p. 53), vem dizer que a criança, durante muito tempo, era vista “[...] como adulto em miniatura”.

Ao longo da trajetória da criança, esta se encontrava insignificante diante da sociedade. No entanto, com a interferência do poder público e religioso em relação à mortalidade infantil, a mulher assume papel fundamental aos cuidados da criança, sendo elas as amas e parteiras, que dedicavam-se à manutenção da vida infantil. Rocha (2002, p. 56) afirma que essa postura contribuiu para melhoras na higiene e saúde da criança, onde os pais passaram a não aceitar a perda da criança com tanta naturalidade.

Nesta perspectiva, observa-se que o sentimento do homem sobre a criança se modificou positivamente, vindo a preocupar-se com a saúde e o bem estar das mesmas. Ariès (1981) citado por Rocha (2002, p. 56) define esse período como “[...] sentimento de infância”, além de relacionar a história da infância à história da família, que foi se constituindo e se tornando privada. Esse novo olhar dado a infância determinou o direcionamento da educação das crianças, onde as famílias assumiram o papel de educá-las, tornando esta, uma educação privada.

A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais comesçassem, então, a encarregar-se de seus filhos. Consequentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. (ROCHA, 2002, p. 57).

Partindo deste princípio, Costa (2000, p. 26-27) aponta as ideias Ariès (1981) dizendo que a Igreja e o Estado assumiram o papel de educar, visando que isso não cabia aos pais, mas, à uma instituição competente, no caso, a igreja. Segundo a autora, foi diante da nova postura adotada pelo poder político e religioso que fundaram-se os primeiros colégios e instituições de ensino, assumindo um compromisso, que antes era feito pelas mulheres, de cuidar e educar as crianças.

Baseando-se neste contexto histórico, a nova organização das famílias, e o novo olhar dado à criança resultou positivamente, reconhecendo-a como cidadã, sujeito social, que possui

sentimento, desejo, vontade, além de se tornar elemento fundamental para compreensão do adulto. Rocha (2002, p. 53) vem dizer que a construção histórica da criança e a importância da infância possibilitaram também refletir sobre a forma de conduzir e relacionar com as crianças nos dias atuais.

O conceito de infância vem acompanhando as transformações culturais ao longo dos tempos. Portanto, as práticas do atendimento às crianças, correspondem ao valor social que a infância tem em determinada sociedade e contextos históricos e teóricos. (ANDRÉ, 2004, p. 54).

Através do caminho percorrido pela criança se tornando um ser reconhecido por todas as suas características, necessidades de cuidado e educação, importância e significado para a sociedade, faz-se necessário a busca pela compreensão da infância, visto que esta representa um período de extrema importância para a vida da criança. Para tanto, o pesquisador francês Philippe Ariès foi um contribuinte fundamental.

ARIÈS é considerado o precursor da história da infância, pois foi através de estudos realizados por ele, com várias fontes, como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, que surgem os primeiros trabalhos na área de história, apontando para o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. (ROCHA, 2002, p. 53).

Rocha (2002, p. 54) apresenta contribuições significativas do pesquisador acerca da infância, apontando que esta foi se delineando de acordo com cada momento histórico, seguindo diferentes rumos em todos os aspectos aos olhos do homem.

Observa-se, que a infância era caracterizada pela incapacidade de se comportar de forma racional, bem como pela ausência da fala, comparando-a à velhice, alegando que ambos não raciocinavam racionalmente e não eram produtivos como os adultos, levando-os à exclusão de diversos espaços sociais. Já em André (2004, p. 53) “A infância também se caracteriza por agitação, aspereza, insolência e pela ausência das condições da vida social”.

Em Rocha, nota-se que devido à alta de mortalidade infantil, a passagem curta e insignificante da criança pela vida adulta, era determinante para que não houvesse sentimento pela mesma.

Considera-se, portanto, que a criança era insignificante até completar sete anos, inserindo-se no mundo adulto após esta idade. Este período determina uma mudança no sentimento pela criança, caracterizando-se pela aparição, que segundo Rocha (2002, p. 56) “[...] seria um sentimento despertado pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança”.

Por outro lado, é possível notar que a infância é compreendida como um período importante na vida da criança, e se dá ao longo da sua construção social, como ser que necessita de cuidados, vindo a ser reconhecida primeiramente pelas mulheres, e posteriormente pelas famílias, que, ao enxergar e considerar suas características e especificidades, passaram a cuidar e proteger, evitando a perda do seu filho.

Segundo Ariès (1981), existiram duas posições distintas em relação à infância: uma delas que concebe a criança como ser ingênuo, que necessita de mimos, e outra que entende em fase de crescimento, necessitando assim moralização e educação. (COSTA, 2000, p. 26).

Se tratando de mimos e moralização, compreende-se que ambos os sentimentos “[...] se completam na concepção de infância enquanto essência infantil”. (KRAMER, 1982, p. 20).

A infância deve ser considerada uma condição do ser criança, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, pois é um sujeito participante das relações sociais, fazendo parte de um processo histórico, social, cultural e psicológico. (COSTA, 2000, p. 24).

O conceito de infância é reflexo das mudanças que foram construídas na e pela sociedade, a partir da forma de compreender e tratar a criança, e ainda na constituição de família. Observa-se então, que a criança é um ser social que existe desde sempre, enquanto a infância é uma construção de sentimento muito recente.

Diante de tais premissas, compreende-se que toda essa trajetória colaborou de forma significativa para entendimento sobre construção da criança ao longo da história, bem como a compreensão da infância, enfatizando todo o processo de lutas contínuas que resultaram no reconhecimento das especificidades da mesma.



Tal compreensão abriu caminho para estudos aprofundados, buscando o entendimento sobre seu desenvolvimento e necessidades da criança. Também foi possível reconhecer que a criança necessita de espaços apropriados, profissionais preparados, e reflexão acerca da importância da infância, contribuindo para a sua educação, visando que esta deve ser favorecida em todos os direitos de cidadã.

Conclui-se que ao longo da história, a criança foi assumindo um papel diferente do adulto, definindo uma cultura infantil, que vem mostrar uma maneira única e específica de ressignificar o mundo aos seus olhos, delineando seu espaço e sua importância diante da sociedade.

## **CAPÍTULO II**

### **2. A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ao longo da construção enquanto sujeito social e da compreensão da importância da infância, a criança foi adquirindo seus direitos. Direitos esses que repercutiram positivamente na vida da criança nos dias atuais, assegurando o direito à vida, saúde, respeito, cuidados, educação, proteção entre outros, contribuindo para uma vida digna.

Descreve-se a seguir, as principais mudanças ocorridas acerca da construção dos Direitos da Criança que se deram a partir de um longo processo, ampliando-se de acordo com a evolução da humanidade.

O século XX é o século da descoberta, valorização, defesa e proteção da criança. No século XX formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios. (MARCÍLIO, 1998, p. 47).

Os Direitos da Criança se originam da formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão, segundo a autora, e foram incorporados na primeira Declaração dos Direitos da Criança.

Com os avanços da medicina, das ciências jurídicas, das ciências pedagógicas e psicológicas, o século XX descobre a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser tidos como especiais. (MARCÍLIO, 1998, p.48).

Ao longo da história da criança, muitos avanços foram surgindo em relação aos seus direitos, contando com a contribuição de vários especialistas, que vieram a dar devida importância à especificidade da criança, despertando um olhar voltado para elas.

Segundo Marcílio (1998, p.48-49), após a Segunda Guerra Mundial “Surge assim o Unicef - United Nations International Child Emergency Fund - em 11 de outubro de 1946, com o objetivo de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra”. Esta fundação foi ampliada, visando a melhoria da saúde e da nutrição das crianças dos países pobres. Neste período as creches tinham o caráter apenas de assistência.

Em 1950 o UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - foi ampliada mais uma vez, visando atender a educação, amparando as crianças e suas famílias em serviços sociais. Assim sendo, “a criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução”. (MARCÍLIO, 1998, p. 49). Ao longo da história, direitos como este se definiu e foi determinante para o exercício dos mesmos na atualidade, favorecendo as crianças prioritariamente. Dentre as metas do UNICEF encontra-se:

[...] a proteção à criança e ao jovem em conflito com a lei, a garantia do desenvolvimento integral da criança, o apoio à família e o esforço contínuo no sentido de introduzir em cada nação uma distribuição de recursos mais equitativa. (MARCÍLIO, 1998, p. 50).

A realidade da criança foi sendo remodelada, obtendo avanços, controlando primeiro a mortalidade infantil e depois a fecundidade, possibilitando um melhor desempenho das políticas públicas acerca da infância e do direito da criança. Neste contexto, a escolarização também obteve melhorias e o direito à educação foi assumindo um papel importante perante as famílias e sociedade.

Em Ramos (2010, p. 2) percebe-se que com o processo de urbanização e industrialização acelerada, a mulher ingressou no mercado de trabalho, alterando assim os costumes familiares, surgindo, através delas, a reivindicação por melhores condições de trabalho, assim como também a criação de lugares apropriados para seus filhos. Neste contexto, surgem as criadeiras, mulheres que se destinavam a cuidar das crianças. Esta urbanização e industrialização refletiriam no contexto familiar e nas condições de cuidado e educação, onde as crianças seriam reféns de uma transformação que viria a afetar toda uma estrutura familiar que foi construída mediante a longa luta.

No entanto, a autora ressalta que diante das reivindicações, as indústrias cederam ao apelo das mulheres e dos sindicatos, visando que o rendimento do trabalho melhorava consideravelmente.

Assim, a creche foi criada para atender prioritariamente às necessidades das mães trabalhadoras, cujas crianças precisavam ser cuidadas por alguém que pudesse atender às suas necessidades básicas de alimentação, sono e higiene. (SALLES e FARIA, 2012, p. 53).

Para Ramos (2010, p. 3), o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, trouxe regulamentação para o atendimento às crianças pequenas nos jardins de infância, creches e escolas maternas. Estes avanços contribuem para a ampliação do amparo à criança, nos espaços destinados à seu cuidado e educação, visando que a criança necessita dessas definições para serem tratadas com devida importância.

De certa forma, a origem dessas instituições contribuiu para a definição do destinatário prioritário deste serviço, a natureza da ação desenvolvida, o profissional necessário para sua execução e os próprios tipos de instituições existentes. (SALLES e FARIA, 2012, p. 53).

Neste novo cenário, a educação para criança pequena começa a ganhar espaço, onde a LDB - Lei de Diretrizes e Bases - vem ser aprovada em 1961, apoiando indústrias e empresas na criação das instituições pré-primárias. As escolas de Educação Infantil passam a definir a sua intencionalidade, buscando definir como, onde, com quem e por que dessas instituições, visando que a necessidade de cuidar e educar prevalecia, rompendo com o ponto de vista assistencialista.

É só a partir da década de 70 que a importância da educação da criança pequena é reconhecida e as políticas governamentais começam a, incipientemente, ampliar o atendimento, em especial das crianças de 4 a 6 anos. (KRAMER, 1991, p.18).

É através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atual Carta Magna do Brasil, que contou com a participação popular em sua elaboração, que os direitos da criança

passaram a ser considerados devidamente. Na constituição de 1988 consta que “Pela primeira vez na história, uma Constituição do Brasil faz referências a direitos específicos da criança, que não sejam aqueles circunscrito ao âmbito do Direito da Família”. (CAMPOS, 1995, p. 17).

Diante disso a Educação Infantil passa a ser reconhecida como direito da criança, e dever do Estado a promoção do mesmo. O que antes era limitado à assistência ou amparo, agora representa grande avanço em relação à valorização e reconhecimento da importância da escola de Educação Infantil para o desenvolvimento integral da criança de zero à cinco anos. Em relação ao artigo 227, da carta constitucional de 1988 consta que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (MARCILIO, 1998, p. 51).

Sobre esse aspecto encontra-se:

Nessa Carta Magna, o artigo 205 afirma que é “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Já o artigo 208, inciso IV, impõe “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Esse mesmo documento, no artigo 211, parágrafo 2º, afirma que “Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. (ANDRÉ, 2004, p. 31).

Segundo a autora, esta afirmação vem mostrar que a Carta Constitucional não defendia o direito das crianças de zero a três anos, visto que essas integram as creches, se mostrando “[...] incapaz de regular sistematicamente o ensino brasileiro”. (ANDRÉ, 2004, p. 31).

De acordo com Marcílio, “[...] a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança”. (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

A convenção define como criança qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade (artigo 1), cujos ‘melhores interesses’ devem ser consagrados em todas as situações (artigo 3). Protege os direitos da criança à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento (artigo 6), e suas determinações envolvem o direito da criança ao melhor padrão de saúde possível (artigo 24), de expressar seus pontos de vista (artigo 12) e de receber informações (artigo 13). A criança tem o direito de ser registrada imediatamente após o nascimento, e de ter um nome e uma nacionalidade (artigo 7), tem o direito de brincar (artigo 31) e de receber proteção contra todas as formas de exploração sexual e de abuso sexual (artigo 34) [...]” (5). (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

Neste contexto, com o advento da Constituição de 1998, se fez necessário reconhecer o direito à educação, saúde, liberdade e igualdade do cidadão menor de dezoito anos, estabelecendo-se assim o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente- assinado em 1990, reafirmando-se o direito à Educação Infantil. O ECA vem considerar como criança qualquer pessoa com até doze anos, e adolescente a pessoa que esteja com 12 até dezoito anos. Segundo Costa “O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069, de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. (COSTA, 2000, p. 24).

Os avanços ocorridos em favor da criança contribuiu para a instituição da Lei 9394/96, determinando aos municípios o oferecimento de Educação Infantil, visando contemplar as crianças de zero a cinco anos. No entanto, observa-se diante desta afirmativa, que a educação para crianças não é obrigatoriedade, mas, oferecida pelos poderes públicos. Assim sendo, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, foi aprovada em dezembro de 1996, e é a mais importante lei brasileira que se refere à educação infantil, fortalecendo-a como primeira etapa da educação básica. Sendo assim, de acordo com o artigo 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (RAMOS, 2010, p.4).

Com a implantação da LDB, o MEC - Ministério da Educação - elaborou referenciais, defendendo um ensino de qualidade, definindo-os como PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os PCNs tem o objetivo de orientar os professores, direcionando-os sobre o que deve ser trabalhado em sala de aula e nos espaços escolares, assessorando a competência profissional, indicando as capacidades a serem desenvolvidas pelas crianças, para a elaboração de currículos ajustados ao meio em que se pretende exercer.

Os avanços na legislação brasileira trouxeram mudanças consideráveis em direção à proteção, educação e cuidado com a criança. Assim, os direitos adquiridos por ela ao longo da sua trajetória, em especial o direito à educação, norteou e direcionou as práticas que devem ser exercidas dentro das instituições de Educação Infantil, de modo que elas favoreçam o pleno gozo desses direitos.

Em suma, observa-se que os avanços adquiridos pela criança acerca dos seus direitos ao longo da história, refletiram positivamente na forma de ver, cuidar e tratar a criança, influenciaram também as práticas da Educação Infantil, invalidando as funções assistencialistas que antes eram praticadas. Este fato ainda possibilitou o reconhecimento da importância das creches e pré-escolas, visto que a primeira favorece as crianças de zero a três anos, e a segunda as crianças de quatro a cinco anos. Firmou-se ainda, normas e diretrizes voltadas para o desenvolvimento da criança menor de seis anos, visto que esta necessita de um espaço e profissionais preparados para contribuir para este desenvolvimento, contando ainda com leis que garantem o exercício do direito à educação. Espera-se que diante as leis estabelecidas o direito à Educação Infantil possa-se construir uma escola dinâmica, favorecendo a criança em todos os seus aspectos e direitos que esta possui, oferecendo condições que permitam a criança se desenvolver integralmente.

## CAPÍTULO III

### 3. EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS

A educação pré-escolar nasceu a partir de fatos importantes que colaboraram significativamente para o surgimento das escolas infantis, no entanto essa realidade é muito recente. Craidy e Kaercher (2001, p. 13) apontam que a educação das crianças pequenas, durante muito tempo, era responsabilidade das famílias e da sociedade em que elas pertenciam, não haviam instituições voltadas para a educação das crianças. Diante disso, compreende-se que a criança adquiria seus conhecimentos e aprendizagens de acordo com a cultura da família e do meio social em que ela vivia.

Para as autoras (2001, p. 13), a educação de crianças, do ponto de vista escolar, estabeleceu-se diante as modificações ocorridas na sociedade, na reconstrução familiar e no novo olhar dado à criança e a importância da infância. Com isso, todo percurso que a criança fez para chegar ao seu reconhecimento como cidadã de direitos, contribuiu para o surgimento das escolas de Educação Infantil.

[...] as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, [...] Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e como torna-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social. (CRAIDY E KAERCHER, 2001, p. 15).

As autoras ainda apontam que várias exigências educacionais surgiram devido às novas ocupações no mercado de trabalho, devido à implantação da sociedade industrial. A partir desta nova realidade social, a mulher se viu em uma condição onde ela teria que sair de casa para trabalhar, assim as mulheres, mais especificamente as mães, passaram a reivindicar que esse direito fosse concedido aos seus filhos. Esse fato também influenciou para o surgimento



das escolas de Educação Infantil, vindo a assumir o papel social de cuidar e educar as crianças.

A partir do novo olhar da sociedade diante a nova concepção de criança, infância, família e educação, percebeu-se a necessidade de haver um espaço específico para a educação da criança pequena, que oferecesse condições básicas de educação e higiene.

Reconhecendo os primeiros espaços de Educação Infantil ressalta-se que, segundo Oliveira (2005), citado por Ramos (2010, p. 2) a transformação sofrida na Europa importou para o Brasil o Jardim de Infância, fundado por Friederich Froebel, este que relacionava as crianças às plantinhas e o professor ao jardineiro. No entanto, o jardim de infância que era criticado devido ao significado que era atribuído aos asilos da França, também por serem destinadas as crianças pobres. Por outro lado, tal ideia era defendida por acreditarem que seria uma oportunidade de vantagem para o desenvolvimento infantil. No entanto, esta área foi ampliada devido à criação de uma Coordenadoria de Educação Infantil.

[...] em 1974 foi criado o Setor de Educação Pré-escolar – SEPPE, vinculado ao então Departamento de Ensino Fundamental; O SEPPE transformou-se em Coordenação (CODEPRE), e ainda em 1975 foi alçado à posição de Coordenadoria de Educação Pré-escolar – COEPRE. (CAMPOS, 1995, p. 45).

Com a criação dessa Coordenadoria, a Educação Infantil passa a ser reconhecida e ganha devida importância, tornando-se um espaço adequado para o desenvolvimento integral da criança, assumindo um papel relevante diante da sociedade. Segundo Kramer, a pré-escola serve para:

[...] propiciar o desenvolvimento infantil, considerando os conhecimentos e valores que as crianças já têm e, progressivamente, garantindo a ampliação dos conhecimentos, de forma a possibilitar a construção da autonomia, cooperação, criticidade, criatividade, responsabilidade, e a formação do auto-conceito positivo, contribuindo, portanto, para a formação da cidadania. (KRAMER, 1991, p.49).

Nas Diretrizes e Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, é assegurado o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Esta lei representa um avanço no que diz respeito ao direito à educação da criança de zero à cinco anos, pois, mesmo não sendo obrigatório, este direito é oferecido à todas as classes sociais. Na LDB a Educação Infantil é definida como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p.12).

A primeira etapa da Educação Básica é definida e dividida como creches, que atendem as crianças de zero a três anos, e pré-escolas que atendem as crianças de quatro a cinco anos. Diante dessas afirmações, compreende-se que através da Educação Infantil a criança tem a possibilidade de conhecer suas características e habilidades e assim trabalhar a partir delas. Considera-se, portanto, que é preciso investir em uma Educação Infantil que propicie momentos de aprendizados aliados ao prazer, contribuindo para a construção e desenvolvimento da criança. Para tanto, é necessário definir metas e objetivos que possibilitem alcançar esses resultados. Kramer (1991) afirma que é preciso definir metas educacionais para que os objetivos sejam alcançados devidamente, sendo elas:

A construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do autoconceito estável e positivo, a comunicação e expressão em todas as formas, particularmente ao nível da linguagem. (KRAMER, 1991, p. 37).

As metas traçadas para a Educação Infantil visam alcançar um resultado favorável para a criança individual ou coletivamente, e em detrimento disso surge a necessidade de se obter profissionais preparados para cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, dentro de um espaço apropriado, realizando um trabalho de qualidade dentro da escola, que contribua para o

desenvolvimento infantil e construção do seu conhecimento, além de reconhecer a criança como ser social, valorizando sua identidade e respeitando seus direitos.

Em Franco (2002, p. 58 e 62) observa-se que o trabalho pedagógico determina a intencionalidade da Educação Infantil, afirmando-se que as intervenções pedagógicas devem favorecer o desenvolvimento integral da criança, investindo em práticas coerentes aos objetivos que se pretende alcançar. Para tanto, reforça-se a necessidade de obter profissionais preparados.

“Daí a importância de se perceber o espaço pedagógico da creche como fundamental na educação infantil, para além do seu sentido estrito de guarda ou recreação [...]”. (HOFFMANN, 1996, p.39).

A educação infantil que desejamos é aquela que privilegia a existência plena da criança naquilo que é próprio e específico, sem desistências, concessões nem transferências. (...) A escola proposta é um lugar de satisfação, altamente gratificante. Não estar na escola, no momento, seria estar se privando de grande satisfação. (REDIN, 1994, P. 71).

Toda a trajetória da Educação Infantil se fez ao longo de uma grande luta, onde o direito à educação não era oferecido pelos órgãos públicos. No entanto, diante das lutas da sociedade pelos seus direitos, fez com que a educação fosse tomada como elemento principal para a formação da criança como sujeito social, que possui direitos, e assim usufruir os mesmos. Contudo, os percalços que essa história apresenta, reforça na sociedade, o direito à luta, e em consequência dela, a vitória.

Neste novo cenário, a psicologia infantil passa a buscar compreensão sobre a infância, de modo que esta explique o desenvolvimento infantil bem como a construção do seu conhecimento. Em Kramer (1991, p. 20) observa-se que essa busca influenciou o fazer pedagógico, definindo e norteando a metodologia e práticas de acordo com cada nível de escolaridade.

O desenvolvimento da criança, segundo a psicologia, perpassa pelos aspectos, afetivo, motor, social, e cognitivo. Assim sendo, as práticas pedagógicas devem favorecer a criança de modo que ela se desenvolva em todos esses aspectos.

Para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos pontuados na psicologia infantil, entende-se que é de suma importância que as crianças usufruam de um espaço que promova experiências voltadas para as mesmas, contribuindo positivamente para seu aprendizado. Assim, o ambiente escolar deve proporcionar segurança, conforto, bem-estar, além de promover vivências onde a criança desenvolva habilidades e tenha um aprendizado efetivo.

Kramer (1991, p.28) aponta as principais contribuições da sociologia, antropologia e psicologia para a Educação Infantil. No que se refere ao aspecto sociológico, nota-se que o papel destinado à escola é construído a partir da perspectiva da sociedade, influenciando assim as propostas pedagógicas bem como o a forma de ver e relacionar com a criança e o adulto. No aspecto antropológico, observa-se a necessidade de considerar o contexto histórico em que a criança está inserida, levando em conta suas especificidades, e ainda as características do professor e da estrutura do espaço escolar. É possível observar neste aspecto que a criança se desenvolve de maneira particular. Já o aspecto psicológico oferece subsídios que contribuem com a construção de um currículo, para compreensão do desenvolvimento da criança, este que se define nas áreas sensório-motora, sócio-afetiva, simbólica e cognitiva, além de apontar como ocorre a construção do conhecimento na criança.

Piaget, Vigotsky e Wallon são teóricos sociointeracionistas que contribuíram significativamente para a compreensão do desenvolvimento infantil, este que se dá, segundo esses autores, através do convívio com o outro, do contato com objetos e ambientes, das trocas estabelecidas. Assim, segundo Craidy e Kaercher (2001, p. 27) é possível perceber que o desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo se dá de forma integrada, relacionando-se e articulando-se.

Segundo as autoras citadas (1991, p. 28), o médico francês Henri Wallon (1879-1962), destaca que o desenvolvimento infantil ocorre em meio à evoluções e quebras em seu decorrer. Já em Carvalho, Salles e Guimarães observa-se que segundo Wallon:

[...] a criança experimenta tanto uma atualidade ao longo da infância, como um vir a ser, um momento que a prepara para a vida adulta. Mas não podemos esquecer que, para a criança, viver a infância constitui um momento próprio, distinto do adulto. (*Apud*, 2002, p.20).

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), estudioso russo, citado por Craidy e Kaercher (2001, p. 29), diz que o funcionamento da psicologia infantil se dá através do convívio da criança com o meio em que esta se encontra inserida, apresentando seu processo de desenvolvimento, segundo ele, no nível real e outro potencial.

As autoras citadas (1991, p. 30) afirmam que segundo Vygotsky “A zona de desenvolvimento proximal ou potencial consiste na distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial”. Neste sentido, o professor deve mediar na zona de desenvolvimento promovendo avanços que não seriam alcançados naturalmente.

Por outro lado, Piaget (1896-1980), biólogo e epistemólogo suíço, citado por Craidy e Kaercher.

A preocupação central de Piaget era descobrir como se estruturava o conhecimento. [...] Tal processo envolve, portanto, a capacidade de organizar, estruturar, entender e posteriormente, com a aquisição da fala, explicar pensamentos e ações. (2001, p. 30).

As pesquisas sobre o desenvolvimento e a construção do conhecimento infantil vêm trazer reflexões acerca de como a criança deve evoluir durante o período da infância. Contudo, os aspectos considerados para avaliar-se esse desenvolvimento devem levar em consideração toda a história e percurso realizado pela criança até o momento. Piaget (1970; 1978; 1987) citado por Hoffmann aponta que:

[...] a criança constrói o conhecimento na sua interação com o objeto, entendido como o seu próprio corpo, as coisas, as pessoas, os animais, a natureza, os fenômenos do mundo físico em geral. Ao nascer, cada criança apresenta processos internos que lhe possibilitam a aprendizagem, mas que resultam em desenvolvimento a partir, essencialmente, da sua experiência sobre o meio e das condições que o meio lhe oferece para isso. (1996, p. 20).

Nesta afirmação Piaget afirma que não concorda com o fato de a criança só desenvolver a partir das práticas promovidas pelo professor, uma vez que para isso, a criança precisa ter desenvolvido anteriormente outras habilidades, essas que são obtidas no desenvolvimento natural da criança.

Segundo Hoffmann (1996, p. 21), Piaget vem contribuir para a educação apontando argumentos, mostrando os desafios enfrentados ao longo do desenvolvimento da criança refletindo assim na construção do seu conhecimento. Esses desafios referem-se à forma como essa construção é compreendida, uma vez que a criança tem seu modo próprio de se desenvolver, de acordo com as influências do meio em que ela está inserida.

KRAMER (1991, p. 30) cita que para Piaget, a educação deve possibilitar o desenvolvimento integral da criança, realizando-a de forma ampla, favorecendo desde o período sensório-motor até o operatório abstrato.

Diante disso, reconhece-se que a criança constrói sua história e cultura diariamente, individualmente e no contato com o mundo exterior, constituindo assim sua identidade e adquirindo conhecimentos próprios. Neste sentido, compreende-se que a criança é autora da sua história, e a convivência com o outro permite que haja trocas, proporcionando um conhecimento mais significativo. Portanto, Franco (2002, p. 24) diz que é preciso buscar uma educação que contemple a criança em todos os sentidos, visto que esta possui características próprias e únicas.

A partir desta concepção, o professor vem ser um mediador fundamental, promovendo, através de intervenções pedagógicas, propostas significativas que se articulem com as necessidades da criança. Hoffmann (1996, p. 30) vem dizer que o papel do professor e suas propostas pedagógicas devem privilegiar a todas as crianças em sua realidade cultural, racial e religiosa.

As atividades e situações propostas têm, portanto, o objetivo último de favorecer a exploração, a descoberta e a construção de noções, ou seja, o desenvolvimento e o maior conhecimento do mundo físico e social (da língua, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais), eixos básicos da função pedagógica da pré-escola. (KRAMER, 1991, p.21).

Sobre o papel do educador, este deve, segundo Craidy e Kaercher (2001, p.31), oferecer momentos de aprendizagem que promovam e fortaleçam a autoestima da criança, valorizando sua cultura e desenvolva suas capacidades, considerando que o desenvolvimento infantil ocorre de forma acelerada, fazendo-se necessário desenvolver atividades e experiências que contribuam para o mesmo.

A história da criança passa a ser, então, de fundamental importância, e os fatos vividos por cada uma delas em diferentes situações, [...] para serem pontos de referência para uma ação educativa permanentemente voltada ao seu desenvolvimento máximo possível. (HOFFMANN, 1996, p. 33).

Para a construção do conhecimento e desenvolvimento integral da criança, o espaço pedagógico vem contribuir significativamente. Este espaço deve ser seguro e desafiador, além de privilegiar a criança como um todo, respeitando e valorizando suas características, tornando-se um ambiente propiciador do conhecimento. “O espaço pedagógico é, dessa forma, um espaço construído reflexivamente pelo professor, por suas premissas teóricas e na relação com as crianças”. (HOFFMANN, 1996, p.39).

Os estudos sobre o desenvolvimento infantil também influenciaram para a elaboração de um currículo apropriado, assim como também propostas pedagógicas de acordo com a especificidade da criança, ciclos ou faixa etária em que a mesma se encontra. Nas Diretrizes e Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil o currículo se define como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p.12).

Sobre currículo, este deve ter foco em atividades significativas, atendendo “[...] aos interesses e necessidades das crianças” segundo Kramer (1991, p.50). Ou seja, estas propostas devem ser prazerosas, onde o lúdico seja peça chave para obter resultados positivos. Esses processos devem ainda, articular a realidade da criança, aliando-se ao conhecimento já obtido por elas, de maneira a construir novos conhecimentos.

Todos os elementos que são articulados juntamente com a criança favorecem de alguma forma, a construção do seu conhecimento, bem como seu desenvolvimento. No entanto, a Educação Infantil, vem ser o espaço apropriado, e o educador o mediador fundamental, para que ambos representem significativa evolução na vida e história da criança. No RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil –, afirma-se:

À medida que a criança cresce, o desenvolvimento de novas capacidades possibilita que ela atue de maneira cada vez mais independente sobre o mundo à sua volta, ganhando maior autonomia em relação aos adultos. (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 18).

O desenvolvimento da criança está relacionado com o processo de aprendizagem, este que é estimulado intencionalmente. Cabe-se ao educador, ou adulto que acompanha a criança, incentivar a sua evolução, o seu desenvolvimento.

O período pré-escolar é marcado por consideráveis mudanças no processo evolutivo. Essa fase da vida humana constitui uma série de desafios, tanto para a criança que está constantemente testando suas novas habilidades físicas e mentais, quanto para os pais e educadores. (MACHADO, 2002, p. 20).

Nas novas descobertas sobre o desenvolvimento infantil o educar se tornou tão importante quanto o cuidar, este que significa preservar, atender e acolher a criança, promovendo seu bem-estar. Para Craidy e Kaercher (2001, p. 16) o cuidar também envolve higiene, alimentação e sono, para isso é preciso um mediador que se preocupe em promover ambientes seguros, alegres e confortáveis, e ainda zelar pela ordem e rotina das atividades propostas. É fundamental compreender que educar e cuidar são aspectos indissociáveis na Educação Infantil, uma vez que são crianças pequenas que integram estes espaços escolares. Diante de tais princípios, a Educação Infantil se torna fundamental para o desenvolvimento integral da criança, além de se revelar essencial para uma aprendizagem efetiva da mesma.

Através da Educação infantil a criança socializa, desenvolve habilidades, melhora o desempenho escolar futuro, propiciando resultados positivos. Neste espaço são estimulados o autoconhecimento, o respeito ao próximo, e ainda desperta-se através do brincar, do movimento, da língua oral e escrita, a criatividade, imaginação, a matemática, as artes visuais, a música e o conhecimento do mundo, ressaltando a construção da cidadania. André (2004, p. 35) ressalta que Educação Infantil representa um importante momento para a criança, com características próprias, onde esta tem a oportunidade de desenvolver-se qualitativamente na sua especificidade.

Portanto, as interações que se estabelecem no cotidiano, dentro do espaço escolar de Educação Infantil, permitem que a criança se aproprie de uma construção do saber, através de elementos que emergem de práticas pedagógicas intencionadas, e metodologias eficientes. Sabe-se que cada criança possui um conhecimento que foi adquirido informalmente, através de vivências do cotidiano social, com a família, e com o meio cultural em que ela está inserida, assim, o professor mediador deve utilizar deste conhecimento para entrelaçar com as experiências que se propõe à Educação Infantil, de modo que a criança atribua significado à tudo o que já foi vivenciado e experimentado por ela, durante sua infância, aliando-se às novidades e descobertas que virão.



Assim, conscientes de seu papel de cuidar e educar as crianças, as atividades, os tempos, os espaços, os materiais, as próprias crianças e as metodologias de trabalho devem ser organizados de modo que essas iterações possam ocorrer de forma mais rica possível. (SALLES E FARIA, 2012, p. 56).

Assim, estar na Educação Infantil, é pertencer a um mundo cheio de possibilidades, de aprendizagens constantes e significativas, onde o desenvolvimento integral da criança é resultado de todo um trabalho pedagógico voltado para a construção do saber, que são norteadas por referenciais, legado de direitos adquiridos ao longo da história. Neste sentido, é fundamental que as estruturas de governo estejam presentes, contribuindo para que a Educação Infantil favoreça à todas as crianças de zero a cinco anos.

## CAPÍTULO IV

### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O ingresso das crianças menores de cinco anos no espaço escolar tem sido cada vez mais comum e frequente, isso mostra o quanto esta tem sido importante para a formação da criança como cidadã, tornando-se necessário investir em uma educação que atenda as necessidades dessa realidade contemporânea, onde as famílias buscam se adequar nesta sociedade cada vez mais exigente, e isso faz com que haja necessidade de matricular as crianças cada vez menores nas escolas de Educação Infantil.

A atual realidade vivenciada pelas famílias, numa sociedade consumista e ocupada, no cenário da produção capitalista, tem representado preocupação no que diz respeito à educação e cuidado com as crianças menores de cinco anos e isso afeta grande parte da população infantil. Em detrimento disso, a criança tem passado boa parte do seu dia, do seu tempo e, da sua infância dentro dos espaços escolares. Assim, faz-se necessário, que as propostas de Educação Infantil supram essa deficiência causada pela própria sociedade contemporânea, seguindo os preceitos da modernidade:

O processo de industrialização – quer inserindo mães e pais de forma cada vez mais intensa no mercado de trabalho, quer obrigando-os a viver desempregados ou à margem das conquistas trabalhistas – trouxe como consequência o afastamento cada vez maior dos familiares. Em grande parte das vezes, a família usa o espaço doméstico apenas para dormir, buscando repor a sua energia para a próxima jornada de trabalho. (SALLES e FARIA, 2012, p. 49).

Esta nova inserção das famílias no mercado de trabalho ocasionou o afastamento das crianças do contexto familiar, da rotina cotidiana intrafamiliar, o que na sociedade atual o problema não é diferente, frente ao consumismo e tecnologização.

Diante disso, a proposta desta pesquisa qualitativa é refletir como tem sido a educação das crianças pequenas, e como esta tem contribuído para seu desenvolvimento. Esta pesquisa vem apontar, aos olhos do (a) professor (a), como tem acontecido a educação das crianças de zero

a cinco anos nos espaços escolares. Para isso, foi desenvolvido um questionário com oito questões abertas, onde dez professoras de Educação Infantil da rede privada e pública contribuíram, respondendo-as.

O questionário se baseou na temática “O significado da educação infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”, partindo deste princípio, as questões foram definidas com intuito de compreender se a educação das crianças tem contribuído para seu desenvolvimento, como se espera.

As questões desenvolvidas para este questionário contou com um roteiro de perguntas direcionadas às professoras da Educação Infantil atuantes sendo elas: O que levou a escolher trabalhar com a Educação Infantil? Qual o significado da Educação Infantil para a vida escolar das crianças? Como tem acontecido a Educação Infantil na escola onde trabalha? Que aspectos você acha mais relevantes? Quais os entraves que você percebe de avanços que já ocorreram? O que você percebe de avanços que já ocorreram? Qual o significado e importância do seu papel como professor dentro da sala de aula? Quais as principais cobranças por parte das famílias em relação à instituição ou ao trabalho realizado por você na Educação Infantil? O que você gostaria que a instituição que você trabalha lhe oferecesse para que seu trabalho fosse ainda mais eficiente?

O tema desta pesquisa vem apontar as principais contribuições da Educação Infantil na vida da criança, bem como a importância do professor nesta fase, sabendo-se que este é o período em que a criança se desenvolve em todos os seus aspectos. Observa-se que o questionário apresenta ferramentas que contribuem para a análise de dados, onde as respostas se tornam relevantes ao que se pretende aqui refletir.

É preciso levar em conta todo o processo de formação em que cada professor questionado passou, além da sua trajetória de trabalho, bagagem de conhecimentos, práticas e experiências vivenciadas, o que representa condições e aspirações próprias sobre a Educação Infantil.

O questionário foi entregue às professoras no início do mês de novembro de dois mil e dezessete, distribuídos entre uma escola privada e outra pública, onde foi feita uma breve apresentação do que é a pesquisa que se pretende realizar, além dos assuntos abordados no questionário. Os dez questionários entregues foram respondidos, dois deles de imediato, os outros oito levaram em torno de 3 a 4 dias para serem respondidos e devolvidos. Este

instrumento de coleta de dados favorece uma visibilidade mais ampla do tema escolhido para análise, possibilitando reflexão acerca de questionamentos que faz-se diariamente.

As professoras questionadas atuam em escolas com realidades consideravelmente diferentes nos aspectos sociais, culturais, financeiros, e estruturais. Todas elas são regentes nas turmas de maternal II e III, primeiro e segundo período, formadas em Pedagogia, Magistério, algumas com especialização em Psicopedagogia, outras com especialização em Educação Especial, além de vários cursos ao longo da jornada de trabalho, apresentaram boa vontade em contribuir para tal pesquisa, relatando seu ponto de vista, experiências e suas ideias acerca da temática.

A questão de número um, do questionário, refere-se a escolha em trabalhar na Educação Infantil, onde a resposta de três professoras se destacou dentre as demais, relatando que ingressaram nesta área devido as mudanças e necessidades ocorridas no papel da mulher na sociedade. Este relato condiz como pensamento de Craidy e Kaercher (2001, p. 15) afirmando que as mudanças na sociedade, em relação ao papel da mulher, a direciona para o mercado de trabalho.

Nesta reposta, as professoras ressaltam que escolheram esta profissão por gostar de trabalhar com crianças pequenas, além de perceber que este é o início da vida de uma criança na escola, e que esta proporciona várias descobertas.

As crianças “chegantes” a esse mundo precisam adentrá-lo, inserir-se nele, constituindo-se progressivamente como sujeitos humanos, que partilham esses significados com os demais sujeitos de sua cultura [...]. (SALLES E FARIA, 2012, p. 47).

Nesta perspectiva, o professor representa o ponto de partida, mediando esse encontro da criança com o mundo exterior, fora do espaço intrafamiliar, apresentando às crianças experiências e vivências que contribuam para o desenvolvimento em todos aspectos infantis.

Outro apontamento importante mencionado por estas três professoras diz que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e é nessa fase que ela começa a desenvolver suas capacidades físicas, cognitivas, afetiva, estética, ética, de relacionamento interpessoal e de inserção social. Nesta perspectiva, observa-se que a escolha de se trabalhar com crianças de zero a cinco anos na Educação Infantil demanda um olhar sensível e apurado, além de

contar com a dedicação e doação dos professores, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança. O objetivo das propostas pedagógicas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil se define em:

[...] garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 18).

A questão número dois apresenta indagações sobre qual o significado da Educação Infantil para a vida escolar da criança, abrindo-se espaço para o professor refletir sobre as práticas que o mesmo tem exercido, e se elas têm favorecido o desenvolvimento integral da criança com as quais trabalham. As repostas apresentaram argumentos diversos, entre elas observa-se que a Educação Infantil é considerada uma etapa importante para criança, pois é através desta educação que se aprende os valores, a exploração seus sentidos, conhecer seu corpo, trabalhar a autonomia.

A criança precisa da atividade, da ação para a compreensão do universo social e natural. Compreender, para a criança, significa necessariamente, como bem mostrou Piaget, agir sobre os objetos que a rodeiam, experimentar suas possibilidades de uso, indagar sobre seu significado. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 21).

Também foi relatado que as experiências vivenciadas na Educação Infantil são essenciais para o desenvolvimento das crianças, pois através de um trabalho lúdico a criança desenvolve habilidades, conhecimentos, sensibilidade, valores e compreensão do mundo a sua volta.

O caráter lúdico medeia a ação da criança no mundo. Em suas atividades, a criança empresta-lhes um sentido que não está na objetividade dos resultados buscados pelo adulto, mas no prazer da sua execução. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p.21).

Esta afirmação vem ao encontro dos relatos, destacando a importância desta educação, uma vez que a criança tem a possibilidade de socializar, convivendo e aprendendo umas com as outras, além de explorar diferentes campos de conhecimento. A Educação Infantil oferece às crianças de zero a cinco anos condições adequadas de desenvolvimento, promovendo a ampliação de suas experiências, contribuindo também para uma escolarização futura. Entre as respostas, vale destacar:

Acredito que a Educação Infantil seja um intermediário entre a família e a escola, pois é o primeiro contato do aluno com aquele novo ambiente, separando-o da mãe e do pai. Nesse novo espaço ele irá (ainda mais) aprender a lidar com conflitos, será encorajado a construir sua autonomia, será apresentado para si como um indivíduo, aprenderá a dividir, a respeitar momentos. Essas e demais construções são necessárias não só na vida escolar das crianças, mas em todos os momentos. (PROFESSORA II).

Esta questão contribuiu para a compreensão do significado da educação infantil na visão das professoras, uma vez que esta primeira etapa da educação básica significa inserção em um espaço diferente do lar, longe do núcleo familiar, que por sua vez se encarrega de proporcionar um mundo cheio de descobertas. Sobre a Educação Infantil Salles e Faria pontuam que:

[...] os (as) professores (as) devem ter como perspectiva possibilitar que as crianças aprendam determinados conhecimentos, instrumentos, procedimentos e valores da cultura, adequando a prática pedagógica às necessidades e às possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem delas. (2012, p. 55).

Este questionário apresentou ainda saber como acontece a Educação Infantil na escola em que as professoras pesquisadas trabalham. Neste caso faz-se necessário destacar que são duas escolas distintas, uma pública outra privada, em contextos culturais, econômicos e sociais opostos. Assim, as repostas variaram entre exercer propostas que englobam o cumprimento de regras e combinados dentro da sala de aula, trabalhos com jogos, brincadeiras, rodas de conversas, cantigas de roda, resgates de brincadeiras antigas, além de promover projetos que envolvem a interação da família e comunidade.

Grande parte das professoras também alegaram que tem suporte da equipe pedagógica e da coordenação para elaboração dos mesmos, visando que esta prática contribui para um melhor desempenho destas propostas.

Por outro lado houve relatos de desmotivação para trabalhar com a Educação Infantil, devido às turmas cheias, onde se tem que desenvolver com dificuldades as atividades elaboradas, não conseguindo obter um resultado relevante. Diante deste relato, observa-se que esta é uma realidade atualmente enfrentada em muitas escolas, implicando nos resultados obtidos. No entanto, de acordo com a professora III, o aspecto mais importante para desenvolver um bom trabalho na educação infantil é respeitar o desenvolvimento da criança, ser capaz de entender as especificidades de cada faixa etária.

Esta questão mencionada acima contou com uma pergunta complementar, que julga necessário apresentar os aspectos mais relevantes encontrados na educação de criança pequena. Destaca-se entre as demais respostas que a participação dos pais na vida escolar dos filhos, independente da idade ou da fase escolar em que este se encontra, motiva a criança e o professor, encorajando-os a querer melhorar cada vez mais seu desempenho. Outro ponto de vista relatado nesta questão é importância das sequências didáticas, que visam a formação da criança na construção do número, na consciência fonológica, e também os jogos matemáticos.

Encontra-se neste questionário o ponto de vista das professoras em relação aos entraves que estas percebem para desenvolver seu trabalho com as crianças. Neste aspecto a maioria delas apontou que as turmas cheias são as principais dificuldades encontradas. E esta realidade foi encontrada tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, contribuindo assim para um fracasso escolar. Algumas das professoras ainda pontuam o fato de não concordarem com a inclusão da forma que acontece, de maneira superficial, acarretando, em muitas vezes, em mal suporte às crianças de inclusão. A inclusão deve garantir de forma igualitária o direito de usufruir dos espaços escolares e sociais independentemente da condição social, física, financeira, raça, cor, gênero, orientação sexual entre outros. Assim sendo, a inclusão escolar deve acontecer de forma a contemplar toda e qualquer criança com deficiência, dando suporte necessário para seu desenvolvimento. No entanto, esta inclusão ocorre, na maioria das vezes, de forma superficial, sem intenção de favorecer a criança portadora de deficiência, que muitas vezes se dá devido à falta de preparo do professor, ou da falta de estrutura das instituições escolares.

É importante enfatizar que o principal entrave citado pelas professoras é devido à omissão de algumas famílias no que diz respeito à educação dos seus filhos, além da ausência em reuniões, da falta de compromisso com deveres, a não participação em projetos que envolvem a família, influenciando as crianças para o não cumprimento das tarefas da escola.

Sobre os avanços que já ocorreram dentro das escolas de Educação Infantil, percebe-se que, mesmo com todos os seus obstáculos, a escola consegue estimular e incentivar positivamente a presença da família em projetos, articulando a presença dos pais com a comunidade, vindo a firmar uma parceria entre família e escola. Neste contexto, a escola passa a contar com a contribuição dos mesmos nas contações de história, apresentações musicais e dança, enriquecendo as propostas escolares.

[...] das atividades em educação infantil: ouvir, contar e representar histórias; conversar sobre fatos do cotidiano; jogar, explorar jogos e materiais diversos; observar e cuidar de plantas, animais; cozinhar; desenhar; pintar, amassar, rasgar, recortar, colar e modelar; cantar, dançar e brincar com instrumentos musicais; brincar de correr, pegar, pular, esconder; alimentar-se; fazer a higiene; organizar o material e o ambiente; passear e visitar outros ambientes; operar e brincar com jogos de computador, etc... Esses componentes articulam-se no sentido de constituir pontos referenciais ao planejamento do cotidiano da ação educativa, cuja finalidade primeira é perseguir os objetivos cognitivos e sócio-afetivos. (HOFFMANN, 1996, p. 35).

Ainda nesta questão foram relatados avanços de alunos que apresentavam comportamento inadequado, agitado e agressivo, mas que agora, mediante à nova postura dos pais com a escola, conseguem acompanhar a turma, executando as propostas das professoras. “As crianças estabelecem relação entre todas as coisas e fatos, criando suas próprias hipóteses e explicações para entender esse mundo que, cada vez mais, se abre à sua frente”. (SALLES E FARIA, 2012, p. 47).

Sobre os avanços, a participação efetiva da coordenadora juntamente com as professoras também refletiu nos resultados pedagógicos obtidos dentro do espaço escolar, uma vez que esta acompanha de perto todo avanço e retrocesso ocorrido, fazendo as intervenções necessárias. Além desses apontamentos, torna-se importante ressaltar que a educação infantil, de uns tempos pra cá, passou a ser mais valorizada perante a sociedade e órgãos públicos.



As professoras aqui questionadas, que trabalham em uma escola privada, alegam que nesta escola é promovido uma vez por mês um centro de estudos, ministrado pela coordenadora pedagógica. Neste encontro são abordados assuntos pertinentes à Educação Infantil, promovendo a formação continuada das professoras, além de avançar constantemente nas discussões sobre as propostas e metodologias de trabalho. Esta proposta escolar oferecida às professoras favorece o desempenho das práticas pedagógicas, obtendo resultados significativos dos alunos.

Quando se refere ao significado e importância do papel do professor dentro da sala de aula, as respostas foram simples e coesas, enfatizando que é de extrema importância, pois, é nesta etapa da vida da criança que elas adquirem conhecimentos e valores, e com isso é necessária uma professora capacitada, que esteja preparada para mediar esses conhecimentos. Segundo Salles, Carvalho e Guimarães (2002, p. 20) o professor “[...] deve saber através de estratégias, prepará-la para o momento seguinte, colocando-a em contato com novas vivências”.

Ainda foi relatado que o professor é o espelho. Ou seja, a melhor maneira de se ensinar uma criança é dando-lhe exemplos. Destaca-se também o ponto de vista de uma professora que aponta o papel do professor como sendo um incentivador, estimulando seus alunos a terem compromisso com seus estudos. Por outro lado, foi relatado que o professor deve-se gostar e acreditar naquilo que se faz, pois é através dos seus atos que ele conseguirá levar as informações para seus alunos de forma coerente, servindo de modelo e inspiração. “Lembre-se de que o papel do professor é de orientar e não realizar tudo que é proposto (PROFESSORA VI)”.

Portanto o meu papel enquanto educadora da educação infantil é mediar e conduzir o meu aluno a questionar, a buscar e a aprender, para que possam construir opiniões próprias. Ministras aulas com objetivos que possam levar meu aluno a ter também uma aprendizagem significativa (PROFESSORA VI).

Foi apresentado diante da pergunta sobre qual o significado e importância do papel do professor dentro da sala de aula, pontos de vistas parecidos, reafirmando que o professor deve mediar a interação social, promover o respeito mútuo, das diferenças, das classes, raça, cultural, e assim, obter um convívio agradável dentro dos espaços escolares. Portanto, de acordo com as

professoras, o professor é a referência do aluno. Por fim, uma professora do maternal II pontua com clareza que:

O professor de Educação Infantil deve trabalhar com músicas gestuais, cantigas de roda e dança, estimulando partes do corpo, conte histórias infantis, porém curtas, trabalhe com o corpo através de estímulos, de forma que estimule a criança a identificar e nomear as partes do seu corpo, incentive e desenvolva a fala, conversando diariamente com a criança sobre os aspectos do dia-a-dia, possibilitando que essa expresse seus desejos através da fala, evitando somente a comunicação gestual, bem como favorecendo o desenvolvimento de sua linguagem. (PROFESSORA VII).

Na Educação Infantil o professor é o principal mediador dessas vivências, que devem ser promovidas intencionalmente, de modo a alcançar as metas e objetivos traçados para aquela determinada criança ou turma, garantindo uma aprendizagem significativa, individual e coletiva. Diante disso, acredita-se que as práticas pedagógicas dentro das instituições de Educação Infantil têm sido relevantes e pertinentes ao desenvolvimento integral da criança.

A esperança de uma criança, ao caminhar para a escola é encontrar um amigo, uma guia, um animador, um líder, alguém muito consciente e que se preocupe com ela e que a faça pensar, tomar consciência de si e do mundo e que seja capaz de dar-lhe as mãos para construir uma nova história e uma sociedade melhor (ALMEIDA, 1987, p.195).

Se tratando das principais cobranças das famílias em relação à instituição ou ao trabalho realizado pela professora na Educação Infantil, três professoras apontam que muitas famílias não conseguem lidar com situações de conflitos na escola, ocasionado muitas vezes pelos empréstimos de brinquedos, gerando desacordos entre família e escola. Ainda, encontra-se nesta questão levantamentos acerca de algumas famílias que, por valorizarem esta etapa na vida da criança, cobram dos seus filhos e do professor os conteúdos pedagógicos que devem ser aprendidos ao longo do ano.

No entanto, há quem diga o contrário, segundo a professora VIII, devido à falta de informação, muitas famílias não veem importância da escola de Educação Infantil, não conferem as agendas de seus filhos, não contribuem para dar continuidade em casa nos deveres de casa, deixando para o professor o papel exclusivo de ensinar, educar, cuidar.

Na escola privada, o principal levantamento foi a respeito de brinquedos que quebram ou somem, se os alunos estão bebendo água, comendo o lanche, brigando com os colegas, onde

os pais cobram um posicionamento por parte da escola. Nesta perspectiva a Professora IX relata:

A família perdeu seu núcleo pai-mãe-filho, tornando-se um amontoado de pessoas, vivendo sob o mesmo teto ou até em tetos diferentes, tentando educar o filho com suas visões de mundo, para assim encaminhá-los à escola. Diante disso esperam que a escola se coloque no papel de responsável em educar e ensinar o pedagógico e, em inúmeras vezes, perdemos o principal foco: a formação pedagógica desse indivíduo (PROFESSORA IX).

A professora ainda pontua que devido aos conflitos ocorridos no espaço escolar, muitas famílias alegam que não querem que seus filhos brinquem novamente com este colega, acreditando que assim estarão evitando um futuro conflito, ou acreditando que assim estarão protegendo seus filhos.

O questionário se encerra com a questão de número oito, onde as professoras apontam o que elas gostariam que a escolas onde trabalham oferecesse para que seu trabalho fosse ainda mais eficiente, as respostas foram opostas, ao relacionar a escola privada e a pública, onde as professoras da escola privada apontam sobre toda infra estrutura que a escola oferece, das salas de aulas equipadas com televisão, computador, data show, frigobar, purificador de água, armário planejado para matérias pedagógicos e objetos dos alunos, dos professores de aulas especializadas como artes, educação física e música, além dos cursos oferecidos aos professores mensalmente, definindo como problemas as turmas cheias, visando a necessidade de redução de aluno por turma, favorecendo um melhor desempenho e consequentemente melhores resultados.

Já as professoras da escola pública alegaram que seria pertinente que houvesse televisões, computadores e data shows, em todas as salas, ilustrando e enriquecendo as aulas, atividades e propostas pedagógicas. Grande parte das respostas apresentou desejo por um salário melhor, permitindo assim trabalhar em apenas um cargo, além de conseguir se dedicar à cursos, leituras, pesquisas. Também foi pontuado o anseio por melhores condições de trabalho, mais tempo para planejamento, e ainda uma monitora para cada turma, dando suporte à professora nas atividades dentro e fora da sala de aula, uma vez que as crianças ainda são dependentes.

As crianças ainda são dependentes do adulto, necessitando de sua proteção e cuidados, e, ao mesmo tempo, precisam que ele acredite nas suas potencialidades para que avancem no processo de construção de sua autonomia e capacidade de se autocuidar. (SALLES E FARIA, 2012, p.45).

Por outro lado, relataram-se que a secretaria de educação tem oferecido cursos de capacitação de professores, contribuindo para uma melhoria constante das metodologias de trabalho. Diante das respostas desta última questão, verifica-se a diferença de estrutura, e condições de trabalho de uma escola pública e outra privada, destacando-se claramente, uma vez que, isso influencia para o desempenho do aluno de cada uma dessas escolas, no entanto, cabe ao educador saber explorar cada ponto positivo que seu ambiente de trabalho lhe oferece, contornando os pontos negativos, de forma que o aluno seja contemplado integralmente em todos os aspectos pela educação oferecida.

Logo, os questionários aplicados às professoras de Educação Infantil foram fundamentais para a construção desta pesquisa, permitindo analisar junto às respostas obtidas o que esta educação tem representado na vida da criança de zero a cinco anos na visão do professor.

É importante salientar que a criança já traz consigo uma bagagem cultural e um conhecimento particular, que a torna capaz de transformar, criar e inventar ao seu modo. Assim, a educação da criança se torna significativa ao considerá-la um ser social, uma cidadã de direitos, que possui uma história e uma tradição já construída. Portanto, considerar a criança como ser social, é dar-lhe liberdade para expressar-se, e diante disso, evoluir.

As escolas de Educação Infantil têm sido vistas apenas como espaços onde os pais deixam seus filhos, lugar de criança ficar, depósito, ou confinamento, sem levar em conta o caráter pedagógico. Por outro lado, ouve-se que essas instituições tem o dever de fazer com que as crianças, menores de seis anos, aprendam o dito “B A BÁ”, promovendo a antecipação da alfabetização e letramento. Assim, as Escolas de Educação Infantil, muitas vezes, não são reconhecidas em seu verdadeiro valor, em sua verdadeira essência.

A partir desses pressupostos, nota-se que através da ótica do professor sobre o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança, obtém-se melhor perspectiva desta realidade. Assim, faz-se necessário, desvelar a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança, de modo que esta seja compreendida pelas pessoas que dela usufruem, garantindo que as crianças, cidadãs desse direito, sejam contempladas integralmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho, observa-se que o mesmo procurou pesquisar o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor. Buscou-se também, analisar como tem ocorrido esta importante etapa da Educação Básica no espaço escolar, visto que estes devem ser espaços apropriados para o desenvolvimento integral da criança de zero à cinco anos.

A proposta da Educação Infantil é possibilitar o conhecimento das crianças de zero a cinco anos, articulando o cuidar e o educar, permitindo que a criança descubra um mundo repleto de descobertas fora do contexto familiar. Neste sentido o papel do professor de Educação Infantil é mediar vivências e experiências, proporcionando o desenvolvimento integral da criança bem como a construção do seu conhecimento.

Assim, discutiu-se, através de dados qualitativos, a importância e intencionalidade da Educação Infantil, possibilitando a reflexão do professor sobre as práticas pedagógicas exercidas dentro do espaço escolar.

Diante disso, a pesquisa remeteu-se às hipóteses anteriormente levantadas.

- a) Acreditar que esta profissão oferece possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da criança em vários aspectos, além de obter satisfação pessoal ao contribuir para esta evolução.
- b) O professor de Educação Infantil é um mediador fundamental na vida da criança e, através de práticas pedagógicas significativas, favorece o desenvolvimento integral da criança de forma eficaz e eficiente.
- c) A Educação Infantil é importante, pois, contribui para o desenvolvimento da criança enquanto ser social, assim, estar fora dela, seria como perder uma oportunidade de conhecimento e aprendizagem.

Ao analisar tais hipóteses, durante a pesquisa, pode-se perceber que diante dos assuntos aqui abordados, compreende-se que a criança, teve sua história marcada por lutas longas e contínuas, que se fizeram necessárias para garantir o reconhecimento da sua importância e especificidade, além de reconhecer que é necessário que a criança aprecie a infância, fase de suma importância para a construção da sua identidade. Esta importante trajetória da criança foi discutida no capítulo um, abrangendo todo o percurso da criança. Assim, foi possível

perceber que a criança assumiu seu lugar no mundo, mostrando-se capaz de falar sobre si mesma, transformando o conhecimento que lhe é oferecido dentro dos espaços escolares. Assim, cabe ao professor mediar o conhecimento à criança.

Observa-se que os direitos adquiridos pela criança ao longo da sua construção histórica, refletidos no capítulo dois, refletem positivamente nos dias atuais, onde a educação contemporânea é resultado dos diversos obstáculos enfrentados pela criança, até alcançar o direito à Educação Infantil. No capítulo três salienta-se a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, esta que oferece experiências voltadas para as mesmas, promovendo a construção do conhecimento.

Assim sendo, para a realização deste trabalho, contou-se com a contribuição de professoras de Educação Infantil que relataram a realidade vivenciada dentro das instituições que elas trabalham, enriquecendo esta pesquisa através de saberes e experiências do cotidiano escolar.

Logo, no capítulo quatro foi apresentado, na coleta de dados, as respostas do questionário aplicado às professoras, onde pôde confirmar as hipóteses da pesquisa. Diante das respostas salienta-se que é fundamental que o professor compreenda a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança, para que desta forma possa proporcionar às crianças de zero a cinco anos experiências que a favoreça nos aspectos sociais, afetivos, motor e cognitivo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica – técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

ANDRÉ, Lenir Rosa. **A formação do professor da educação infantil: Um Estudo de Caso**. Dissertação de mestrado, digitalizada, Três Corações. 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Editora LCT, 1981.

BRASIL. **Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. V. I, II, III. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica**. -. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, Fúlvia. FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1995.

CARVALHO, Alysson. SALLES, Fátima. GUIMARÃES, Marília. **Desenvolvimento e Aprendizagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex- UFMG, 2002.

COSTA, Márcia Rosa da. **Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação**. In: **INFÂNCIA – forma de conceber e tratar a infância**. Porto Alegre, 2000.

CRAIDY, Maria. KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: Pra quê te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. 164 p.

FRANCO, Márcia E. Wilke. **Compreendendo a Infância**. Porto Alegre: Mediação, 2002, 80p.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

KRAMER, Sonia (coord.). **Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1982. 130p.

MACHADO, Patrícia Brum. **Comportamento Infantil: estabelecendo limites.** Porto Alegre, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Revista USP.** São Paulo. Março/Maio, 1998.

RAMOS, Janaína Silmara Silva. **Artigo para a XVIII Semana de Humanidades: Rotina na Educação Infantil: Saberes Docentes.** Natal: UFRN, 2010.

REDIN, Euclides. **Educação Infantil: construção da cidadania e prática pedagógica.** In: Paixão de aprender, n. 7. Porto Alegre, Jun. 1994, p.48-53.

ROCHA, Rita de Cássia Luíz da. **História da infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes.** Guarapuava, 2002.

SALLES, Fátima e FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** Editora Ática; 2012.



## ANEXO I

### QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa que se destina a montagem de um trabalho monográfico realizado pela aluna Narjara Caroline Vaz Pimenta e orientado pela Professora Lenir Rosa André , com o tema “O significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”. Para tanto, os dados desta entrevista são confidenciais e servirão exclusivamente para este trabalho. Não é necessário identificar-se.

1. O que o levou a escolher trabalhar com a Educação Infantil?

---

---

---

---

---

---

2. Pra você, qual o significado da Educação Infantil para a vida escolar da criança?

---

---

---

---

---

---

3. Como tem acontecido a Educação Infantil na escola que você trabalha?

---

---

---

---

---

---

- 3.1. Que aspectos você acha mais relevantes?

---

---

4. Quais os entraves que você percebe para desenvolver seu trabalho com as crianças?

---

---

---

---

---

---

---

5. O que você percebe de avanços que já ocorreram?

---

---

---

---

---

---

---

6. Qual o significado e importância do seu papel como professor dentro da sala de aula?

---

---

---

---

---

---

---

7. Quais as principais cobranças por parte das famílias em relação à instituição ou ao trabalho realizado por você na Educação Infantil?

---

---

---

---

---

---

---

8. O que você gostaria que a instituição que você trabalha lhe oferecesse para que seu trabalho fosse ainda mais eficiente?

---

---

---

---

---

---

## ANEXO II

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Senhor(a) Diretor(a),

O objetivo desta é apresentar-lhe a Narjara Caroline Vaz Pimenta do 8º período do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Minas Gerais, que habilita para a atuação na Educação Infantil e anos Iniciais da Educação Básica.

A aluna se encontra em processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso: Uma pesquisa monográfica que aborda o tema “O significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”.

Assim, é necessário o contato com a realidade escolar para que pesquise sobre o referido tema, visando a articulação entre teoria e prática. A pesquisa se realizará por meio de entrevista com docentes.

Haverá sigilo em relação a todos os dados coletados na escola para a referida pesquisa.

Contando com seu apoio,

Agradecemos,

---

Professor (a) orientador (a) do Trabalho Monográfico

Lenir Rosa André

Avenida Paraná, 3001 – Bairro Jardim Belvedere - Caixa Postal 136

CEP: 35501-170 – Divinópolis/MG - (037) 3229 - 3567